

# **PROJETOS DE INTERVENÇÃO: UMA REALIDADE SOCIAL**

**Fátima Vilela**

ISCET | Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta uma exposição das reflexões da autora acerca do trabalho empírico desenvolvido junto de comunidades inseridas em contextos sociais desfavorecidos.

Reflecte sobre a importância do trabalho de terreno para a produção de conhecimento, bem como para a boa execução das acções e dos objectivos traçados. Sendo que o sucesso da intervenção depende em larga medida do relacionamento interpessoal estabelecido entre sujeito e técnico. Alerta para a importância da compreensão e respeito pela identidade única de cada situação, não descurando da reflexão sobre os conceitos de pobreza e exclusão social que deverá ser ajustada às novas realidades sociais.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

realidades sociais, trabalho social, integração e intervenção, comunidades, pobreza.

## **ABSTRACT**

This paper presents an account of the author's reflections on the empirical work developed within communities of disadvantaged social backgrounds. It analyzes the importance of the field work for the production of knowledge and the proper implementation of actions and goals, since the success of the intervention depends largely on the interpersonal relationships established between the individual and the social worker. It also alerts to the relevance of understanding and respecting the exclusive identity of each situation without neglecting the reflection on poverty and social exclusion concepts, reflection that should be adjusted to the new social realities.

## **KEYWORDS:**

social reality, social work, integration and intervention, communities, poverty.

Os projectos de intervenção constituem uma resposta aos problemas sociais que se vão evidenciando. Assim, poderemos considerar que os projectos são mecanismos que permitem uma intervenção sistemática e quase permanente. Esta última, com a durabilidade possível de um projecto, consequência das necessidades detetadas e dos objetivos traçados para as superar. Estes projectos permitem um trabalho muito próximo com as populações alvo, o que por consequência permite uma visão muito real de determinados grupos e contextos sociais. A intervenção comunitária possibilita, de forma não intrusiva, a deteção do conhecimento real das necessidades, dos problemas e das estratégias utilizadas pela população alvo. Os projectos sociais são uma consequência do desejo de melhorar a realidade, com o objetivo de colmatar necessidades inerentes aos indivíduos. Ander-Egg (1989) define “necessidade” da seguinte forma:

“Entendemos por necessidades culturais todas aquelas que se relacionam com os processos de auto-realização e de expressão criativa. Nutrem-se, principalmente, das actividades que favorecem a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento do uso crítico ilustrado da razão, das que permitem o acesso a determinados bens, das que favorecem a expressão, constituindo, ao mesmo tempo formas de iniciação ou de desenvolvimento das linguagens criativas, das manifestações lúdicas e da criação de âmbitos de encontro e de comunicação que favorecem a vida associativa.”

Esta definição de Ander-Egg espelha as necessidades que são detetadas pelos trabalhadores sociais que intervêm em contextos sociais mais vulneráveis e que integram estes projectos de intervenção. As questões económicas são, de facto, uma realidade que dificilmente dissociamos de outras necessidades, nomeadamente as culturais que são marcantes em determinadas comunidades. A cultura, a vivência diária, reflete as estratégias de sobrevivência que são muitas vezes criativas. A vivência nestes territórios é marcada pelo forte laço existente entre os seus membros, que se reflecte, em termos empíricos, na interajuda entre vizinhos, mas também nos seus comportamentos conflituosos que mais não são do que formas de estar e viver num determinado espaço, também ele cultural. O trabalhador social é o intérprete de comportamentos e valores com o intuito de melhorar a qualidade de vida e de participação activa na sociedade em que se insere. É mediador entre dois mundos, o mundo da vida diária e o mundo dos sistemas (burocráticos, administrativos e institucionais) que poucos compreendem.

Com a vivência diária nestes contextos é possível esquecer alguns conceitos que marcam os territórios mais fragilizados, a pobreza e a exclusão social. Estes conceitos vão-se transformando dado os indicadores vigentes e que delimitam estas noções, pobreza e exclusão social, obrigando a uma reflexão de necessidades e recursos. Quem trabalha com o quotidiano, com vidas que se alteram por políticas cujos interesses vão muito além do espectável – as pessoas – lida com uma cultura própria de quem procura, com criatividade, superar as dificuldades do dia-a-dia.

O trabalho no terreno permite, de facto, relacionar eficazmente, as teorias do trabalho social bem como reflectir sobre as metodologias e as estratégias de intervenção, para além da possibilidade de repensar todas estas estratégias e adaptá-las ao seu contexto real. Isso permite promover a inclusão social nos contextos sócio-económicos mais desfavorecidos de forma mais ajustada à realidade. É de extrema importância para todo o trabalho desenvolvido com comunidades ter uma contextualização da sua identidade. García e Paláez (2008) referem que “ (...) qualquer observador externo da espécie humana constataria, como primeira conclusão, que as pessoas vivem em ambientes tremendamente estruturados. Encontramo-nos imersos numa cultura e sociedade específica, em uma determinada classe ou estrato social, dentro de uma rede de relações, com

habilidades e competências produto de um largo processo de aprendizagem ... a trajectória de cada um de nós só é possível dentro de uma estrutura que nos dá a oportunidade e limitações e que constitui a terra com a qual levantamos os projectos de vida”. Os trabalhadores sociais precisam de captar as oportunidades e detectar as limitações para que possam iniciar um processo de mudança. Sendo fundamental não esquecer que vivemos em ambientes estruturados e sistémicos e que a análise de oportunidades e limitações deverá ser realizada nos vários sistemas.

As mudanças proporcionadas, efectivas ou desejadas, ocorrem de forma bilateral. Apesar de técnicos, somos também pessoas, a nossa identidade como seres relacionais sofre alterações, mutações: somos pessoas de interacção com os outros, nos reconhecemos e projectamos na linguagem e na troca de vivências. Quando nos permitimos a esta troca a realidade deixa de ser um mistério e a vida do quotidiano torna-se um desafio. O trabalho comunitário estimula a capacidade para enfrentar colectivamente os desafios que não podem ser resolvidos de outra forma, como melhora também as capacidades de interacção com os outros, proporciona experiências de vida, enriquecer a identidade pessoal e nos prepara para viver em todas as dimensões da vida social (García e Peláez, 2008).

As questões práticas representaram, desde sempre, uma prioridade, constituindo um laboratório real para teorias e reflexões, proporcionando uma importante evolução nas concepções acerca da realidade social. É necessário compreender os outros e intervir de uma forma direccionada para eles e com eles, sem nunca descurar o contexto das suas vidas, para que a intervenção não redunde numa intrusão nessas mesmas vidas. Já a Escola de Chicago se inspirou nas situações concretas vividas pelos indivíduos no seu meio e investigou o sentido das práticas de intervenção que valorizam o ponto de vista do actor. Esta metodologia de conhecimento da vida real é fundamental para o trabalho social. Na verdade, sem o contacto directo, torna-se difícil a compreensão e a percepção da vivência destas populações e dos seus contextos. Parece que mais do que nunca há uma necessidade latente de compreender as realidades regressando um pouco à filosofia da Escola de Chicago – um laboratório real de mudanças sociais. Assiste-se actualmente à necessidade de se compreender o tecido urbano – nos bairros, nos guetos - onde se “escondem” os problemas sociais que mais se evidenciam e que produzem, também, alterações ao nível da vivência social. Os impactos vividos em patamares mais excluídos, sem grandes oportunidades, vão emergindo como se fosse uma pirâmide em que os problemas surgem de baixo para cima. Quando se chega ao topo da pirâmide, o impacto social dos problemas é questionado e remediado. Gostaria de considerar estes espaços, bairro e guetos, com privilegiados na produção de conhecimento teórico e ideal para delinear estratégias de prevenção das problemáticas sociais. A título de exemplo, o projecto que se encontra a intervir no Bairro do Lagarteiro, há já 10 anos, tem vindo, através das suas actividades e acções, a reduzir a vulnerabilidade das crianças e jovens face às situações de risco, potenciando o desenvolvimento de competências pessoais, familiares e sociais dos agregados familiares e favorecendo, deste modo, o desenvolvimento integral, de forma a facilitar os processos de socialização e integração social: a potenciar os níveis de motivação para o desempenho escolar, promovendo os processos de inclusão ou reintegração escolar e a formação profissional e combatendo, assim, o insucesso e abandono escolar precoce, bem como a desocupação e a adopção de práticas e comportamentos desviantes; a contribuir para o processo de informação e orientação profissional e remover barreiras à integração sócio-profissional de forma a facilitar o acesso ao mercado de trabalho, contribuindo para a (re) integração profissional. Este trabalho tem como base os principais problemas deste bairro: desemprego de longa e muito longa duração; baixas qualificações escolares e profissionais; inserções precárias e flutuantes no mercado de trabalho; pouca iniciativa para a procura activa de trabalho e diluição dos hábitos de trabalho; interiorização de uma auto-imagem

negativa; consumos elevados de álcool e droga; problemas causados por doenças mentais ou desequilíbrios psicológicos; instabilidade familiar (divórcio, grande rotatividade de parceiros, monoparentalidade, violência doméstica); dificuldades na gestão do orçamento familiar (dívidas acumuladas, empréstimos dos vizinhos, gastos excessivos em objectos supérfluos, etc.); alienação e pouca informação dos seus direitos e deveres; isolamento social e ruptura dos laços sociais; falta de competências relacionais; situações de precariedade das minorias étnicas (caso dos ciganos); dependência de subsídios e apoios da Segurança Social; famílias oriundas de círculos de pobreza e exclusão social instalados; forte resistência à mudança; modos de vida marginais e ilícitos (tráfico de drogas, venda de objectos roubados, prostituição, etc.).

O trabalho desenvolvido e as avaliações realizadas demonstram algumas mudanças que serão significativas num futuro próximo, com alterações de estilos de vida e criando oportunidades, principalmente nos jovens. No fundo falamos da integração social, ou seja, o “ duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio ” (CIES/CESO I&D, 1998:9, Capucha, 1998).

Apesar da valorização dos projectos ainda há um caminho a percorrer no que respeita à prevenção, porque antes de mais será necessário o conhecimento mais aprofundado das realidades. Mas uma das principais questões é que os problemas enfatizados em certos bairros estão a multiplicar-se, estão a “sair”. É importante referir que os problemas não são dos bairros, em si mas sim da sociedade de que fazemos parte. Contudo, é nos bairros que temos uma população representativa dos grupos sociais mais vulneráveis e também mais capazes de lidar com os habituais problemas de pobreza e exclusão, pois esta é a única realidade que conhecem. Alguns dos problemas descritos anteriormente começam a chegar a uma classe social que até há pouco tempo não era atingida, a classe média. Na medida em que essa classe não desenvolveu estratégias de sobrevivência tão “aguçadas” como as das classes mais vulneráveis, ela acaba por sofrer um maior impacto. Ao vivenciar uma situação de desemprego de longa e muito longa duração, e com inserções precárias e flutuantes no mercado de trabalho, a classe média sofre as mesmas consequências que as classes mais vulneráveis e conhece os mesmos problemas.

Estes problemas estão encadeados e “quebrar” este ciclo é complexo e requer tempo e investimento técnico e financeiro. Este último compete ao Estado. O primeiro diz respeito aos trabalhadores sociais. Encontrar respostas e soluções para o actual contexto social que se tem agravado é um desafio para os trabalhadores sociais. É bem verdade que quem está no terreno e trabalha estas questões mais de perto, há muito que vem sentindo alterações nas vivências e convivências diárias com os obstáculos contínuos das intervenções aos mais diversos níveis. O contexto social em que vivemos actualmente não será fruto apenas das questões económicas. Outras questões não menos importantes são relevantes para a compreensão e a análise da realidade, que são as premissas de uma acção social ajustada. Podemos focar a questão do desenvolvimento das potencialidades e do aumento dos limites. A sociedade tem limites que não permitem a integração daqueles para os quais encontramos oportunidades. O limite atinge o seu auge quando existe uma ausência de políticas sociais que promovam a dignidade humana.

A pessoa humana tem estado em último plano, há uma desagregação do todo “social” e uma perda de direitos, uma ruptura com aspectos que foram debatidos e declarados como universais, como por exemplo através da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, nomeadamente, no que se refere ao artigo 25º ponto 1 “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar a si à sua família a saúde e o bem-

estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstância independentes da sua vontade”. Neste artigo encontramos os principais aspectos que orientam as intervenções dos trabalhadores sociais: tentar proteger os cidadãos mais vulneráveis e assegurar-lhes o mínimo de saúde e bem-estar, sabendo-se que estas tarefas básicas se encontrem cada vez mais dificultadas, devido às alterações constantes nos apoios e recursos sociais. Tem-se vindo a verificar, em termos empíricos, alterações significativas na população que recorre aos serviços sociais, nomeadamente aos designados “novos pobres”. Estes, com características diferentes das que, com mais frequência, aparecem nos serviços. Parece-me importante referir que a designação de “novos pobres” deriva de algumas características baseadas essencialmente nas questões económicas. Ou seja, um determinado grupo social que detinha alguns recursos económicos, por circunstâncias de um contexto económico e social (associados às mutações económicas) adverso, é confrontado com o desemprego e com a inevitável escassez de meios para manter o seu padrão de vida. Eventualmente, esta ausência de recursos económicos poderá derivar das relações contratuais laborais, com vínculos frágeis, aumentando o risco de situações de pobreza temporária. Na realidade, este temporário é muito relativo, dado o contexto social que actualmente vivemos. Coloca-se ainda uma questão: quem passa, actualmente, por um período de pobreza temporária não correrá o risco de viver na pobreza com carácter definitivo? Este conceito de “novos pobres”, que não são mais do que novos beneficiários dos serviços sociais, leva-nos à necessidade de redefinir as concepções e os padrões de intervenção.

José A. Pereirinha (1992) refere que “o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõe para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade)”. De facto, este novo grupo de “pobres” não acentua o aspecto distributivo do fenómeno? Será necessário uma análise mais aprofundada deste conceito para que se possa encontrar estratégias de intervenção ajustadas a estes novos “problemas” relacionado com estes “novos” pobres. Como refere Bruto da Costa (2005) “os principais factores explicativos da pobreza e da exclusão se devem procurar na sociedade: no modo como a sociedade se encontra organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominantes, na estrutura de poder (político, económico, social e cultural)”; é necessário enquadrar novas realidades associadas à pobreza.

Esta análise carece de ser efectuada com celeridade, pois a sociedade que integramos está a alterar-se significativamente (a par da Europa), necessitando de diferentes respostas para situações que se afiguram diferentes. Estas carecem de estratégias de intervenção adequadas que pressupõem políticas sociais ajustadas. Importa referir que este grupo de indivíduos e/ou de famílias se encontram menos preparadas para as dificuldades do que os que sempre viveram com as adversidades: a pobreza e a exclusão social.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDER-EGG, E. (1984). *Metodología y práctica de la animación Sociocultural*. Buenos Aires: Humanitas
- CAPUCHA, L. (1998), «Pobreza, exclusão social e marginalidade», in Viegas Leite, J. M.; Costa, A. F. da (Org.), *Portugal, que modernidade?* Oiras: Celta Editora.
- CIES/CESO I&D (1998). *Grupos sociais desfavorecidos face ao emprego – tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*. Lisboa.
- COSTA, Bruto da A. (2005). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações
- GARCIA, T.; Peláez, A. (2008). *Trabajo social comunitário: afrontando juntos los desafios del siglo XXI*. Madrid: Alianza Editorial.
- PEREIRINHA, J. (1992). «Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a politica social e implicações para a sua medida». *Análise Social*, n.º102, pp.170. Lisboa: ICS.
- WEBER, P. (2011). *Dinâmicas e Práticas do Trabalhador Social*. Porto: Porto Editora.